

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.282.665 - SP (2018/0095715-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADO : JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE - SP103587**  
**ADVOGADOS : NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU - SP217897**  
**THIAGO BORGES COPELLI - SP295597**  
**AGRAVADO : LEONARDO AUGUSTUS BELINCIUC**  
**ADVOGADO : ROMUALDO NAKVASAS JUNIOR - SP082286**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., contra acórdão proferido pela Corte Estadual que desautorizou a prática dos atos de execução extrajudicial previstos na Lei n. 9.514/97, em contrato garantido por alienação fiduciária de bem imóvel.

É o relatório.

Decido.

1. Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no **Recurso Extraordinário 860.631/SP**, no que diz respeito à validade da execução extrajudicial promovida por instituições financeiras em contratos de mútuo habitacional garantidos por alienação fiduciária.

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta a devolução do feito à instância de origem, pois, caso os atos de execução extrajudicial sejam reconhecidos como inconstitucionais, a pretensão da parte ora recorrente seria inviabilizada, independentemente de haver ou não mora do devedor.

Assim, para evitar a prática de atos jurisdicionais inócuos, é necessário o sobrestamento do feito até o julgamento final do referido recurso extraordinário.

2. Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo do **Recurso Extraordinário n.º 860.631/SP** e eventual retratação prevista na sistemática dos arts. 1.040, II e 1.041, ambos do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator